

# GTA | Guião de Trabalho Autónomo n.º 35

## HISTÓRIA A 12.º ANO

Tema 2: Portugal e o Mundo, da Segunda Guerra Mundial ao Início da  
Década de 80

Subtema 3: Portugal, do autoritarismo à democracia



PORQUÊ APRENDER SOBRE...?



O QUE VOU APRENDER?



COMO VOU APRENDER?



O QUE APRENDI?



COMO POSSO COMPLEMENTAR A  
APRENDIZAGEM?



## PORQUÊ APRENDER SOBRE...?

O final da II Guerra Mundial determinou a derrota dos totalitarismos europeus de extrema direita. A afirmação das democracias de tipo liberal na Europa Ocidental criou alguma expectativa sobre o destino das ditaduras da Península Ibérica. Em Portugal, os anos que se seguiram confirmaram o imobilismo político do Estado Novo que só foi derrubado pelo golpe militar de 25 de Abril de 1974.

O processo de democratização do país foi fundamental para que, após uma longa ditadura de 48 anos, Portugal se integre plenamente nas instituições europeias.

Do ponto de vista económico, a segunda metade do século XX português foi marcada pela progressiva integração nos mercados internacionais.



## O QUE VOU APRENDER?

- Relacionar a manutenção do regime do Estado Novo nos anos do pós-guerra com a Guerra-Fria;
- Compreender que a realidade portuguesa do pós-guerra a 1974 foi marcada pelo imobilismo político e pelo crescimento económico;
- Interpretar o surto industrial e urbano, a estagnação do mundo rural e os consequentes movimentos migratórios;
- Descrever as diversas correntes oposicionistas ao Estado Novo, destacando os acontecimentos de 1958;
- Interpretar o fomento económico das colónias à luz da retórica imperial e do progressivo isolamento internacional;
- Analisar as fragilidades do marcelismo, nomeadamente o inconsequente reformismo político e o desgaste que a Guerra Colonial provocou, interna e externamente, no regime;
- Compreender que a modernização da sociedade portuguesa, nas décadas de 60 e 70, na demografia e nos comportamentos, se constituiu como fator fundamental para a desagregação do regime;
- Descrever a eclosão da Revolução de 25 de Abril de 1974, o papel exercido pelo MFA e o processo de desmantelamento das estruturas de suporte do Estado Novo;
- **Problematizar o processo de democratização, do PREC à progressiva instalação e consolidação das estruturas democráticas, o processo de descolonização, a política económica antimonopolista e a intervenção do Estado nos domínios económico e financeiro;**
- Avaliar o papel da revisão constitucional de 1982 e da entrada de Portugal nas Comunidades Europeias para a consolidação do processo de democratização e para a modernização do país;
- Avaliar o sucesso da Revolução de 74 e do consequente processo de democratização do país;
- Identificar/aplicar os conceitos: oposição democrática; poder popular; nacionalização; reforma agrária; democratização.



## COMO VOU APRENDER?

GTA 27: Que impacto teve o final da II Guerra Mundial em Portugal?

GTA 28: Como se caracterizava Portugal em termos demográficos e sociais?

GTA 29: Como evoluiu a economia portuguesa entre o final da II Guerra Mundial e 1974?

GTA 30: Como evoluiu a oposição ao regime a partir de 1961?

GTA 31: O que foi a Primavera Marcelista?

GTA 32: Como se processou o processo revolucionário português em 1974 e 1975?

GTA 33: Como decorreu a elaboração da Constituição de 1976?

GTA 34: Como se desenrolou a ação dos primeiros governos constitucionais?

**GTA 35: Como decorreu o processo de descolonização?**

GTA 36: Quais foram as opções económicas após a Revolução do 25 de Abril?

GTA 37: Como se caracterizam as relações internacionais de Portugal após 1974?

## Tema 2: Portugal e o Mundo, da Segunda Guerra Mundial ao início da década de 80

### Subtema 3: Portugal, do autoritarismo à democracia



#### GTA 35: Como decorreu a descolonização portuguesa no pós 25 de abril?

##### Objetivos:

- Integrar a descolonização portuguesa no processo de democratização do país;
- Identificar/aplicar o conceito: Descolonização.

**Modalidade de trabalho:** individual e/ou em grupo.

**Recursos e materiais:** caderno diário, manual escolar e equipamento de acesso à internet.

##### Introdução

Recorda os GTAs anteriores, sobretudo o GTA 30. Recordas, certamente, que o Estado Novo procurou permanecer alheado das vagas de descolonização que marcaram o Mundo após a II Guerra Mundial. Parte do "Ultramar Português" envolveu-se numa longa guerra que muito contribuiu para a decadência do regime. Um dos desígnios da revolução dos cravos era a questão da guerra e, conseqüentemente o futuro dos territórios. No mapa podes constatar o "atraso" da descolonização portuguesa.

##### Os processos de descolonização a partir de 1945



*The Times Concise Atlas of World History* (dir. Geoffrey Barraclough), Londres, Times Books Limited, 1991, pp. 138-141 (adaptado)



Mas a questão da descolonização não era simples. Surgiu, desde logo, uma divergência entre o General Spínola e outros militares do MFA. Essa divergência ficou assinalada no próprio Programa do MFA.

8. A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá á Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:
- Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar.
  - Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino.
  - ~~Reconhecimento do direito dos povos á autodeterminação e adopção acelerada de medidas tendentes á autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efectiva e larga participação das populações autóctones.~~
  - Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza á paz.

<https://www.arquivo.presidencia.pt/viewer?id=7281&FileID=315367&recordType=Description>

A expressão “claro reconhecimento do direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos” foi retirada, mantendo-se apenas uma vaga intenção de “lançamento de uma política ultramarina que conduza à paz”.

Nos meses seguintes, durante o chamado período Spínola, as divergências tornaram-se mais evidentes.

Finalmente, a 27 de julho de 1974, Spínola promulgava a Lei Constitucional nº7/74, que determinava que “o reconhecimento do direito à autodeterminação, com todas as suas consequências”, incluía “a aceitação da independência dos territórios ultramarinos”.

[A declaração de Spínola de 27 de julho de 1974 – Descolonização Portuguesa](#)



O processo de descolonização nos casos de Angola e Moçambique foi extremamente complexo. Já em 1975, o início de guerras civis nesses países de independência tão recente conduziu aquilo que ficou conhecido pelo "Retorno dos Retornados".

["Embarque para Portugal" - Depois do Adeus](#)



Timor-Leste, ocupado pela Indonésia após o 25 de abril, consegue a sua independência em 2002.

Macau, cujo território possuía um estatuto diferente, regressa à soberania chinesa, em 1999, como Região Administrativa Especial .



## TAREFA 1

Consulta o teu manual e responde à questão.

### Documento 1

#### Cartas de um militar\* na guerra colonial (Angola, 1962-1963)

“Sinto que se temos dúvidas quanto à nossa própria atitude no momento em que soar a hora de entrar em combate, não é [...] por quaisquer posições ideológicas, ou pelo conhecimento de que as Nações Unidas há meses que andam a procurar convencer os salazaristas de que todos os povos têm o direito à sua independência e de que a sua impreparação para gerir os seus próprios destinos não pode servir de desculpa para continuar a explorá-los. [...] Viemos render uma companhia de Infantaria, que está ainda a meio da comissão, mas que vai ser transferida para uma zona não operacional em virtude de toda a sua tropa se encontrar exausta. Sofreram muitas baixas – umas em combate, outras por doença, e outras ainda por desastres de viação. [...] Recolheram-se documentos bastante curiosos, porquanto nos deram uma noção bastante mais clara da organização guerrilheira. [...] Enganava-se quem considerava a guerrilha um movimento desorganizado. [...] Parece que ninguém admite que se consegue pôr fim ao terrorismo por meios militares. [...] O Salazar nunca mais morre. É mais uma pesada carga na consciência deste homem, esta guerra que a nada conduz. [...] Saindo daqui, a nossa luta será criar um país sem injustiças e crimes. [...] Ainda bem que esta carta vai por mão própria. Assim ao menos tenho a certeza de que chegará às tuas mãos. [...] Revolta-me muito não poder falar e saber se tudo vai bem.”

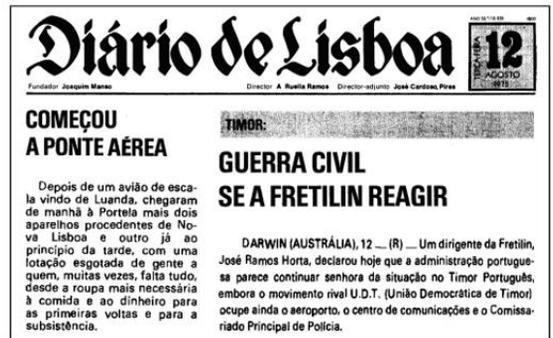
Manuel Beça Múrias, *O Salazar nunca mais morre – Cartas de África em tempos de guerra e amor*, Lisboa, Planeta, 2009, pp. 29-50 (adaptado)

\*Manuel Beça Múrias (1938-1987), jornalista desde

### Documento 2

#### Problemas no processo de descolonização – *Diário de Lisboa* (12 de agosto de 1975)

<http://casacomum.org/cc/visualizador?pasta=06823.173.27312?> (adaptado)



### Documento 3

#### Participação da Marinha Portuguesa em operações internacionais (1992-2008)

\* União da Europa Ocidental.

Datas	Missões	Locais	Âmbito
1992	Apoio à paz	Adriático Ex-Jugoslávia	UEO*
1998	Colaboração no âmbito do apoio sanitário	Angola	ONU
1999-2000	Imposição da paz	Timor-Leste	ONU
2000	Manutenção da paz (implementação dos Acordos de Dayton)	Bósnia	NATO
2001 e 2008	Combate ao terrorismo	Mediterrâneo Oriental	NATO
2002	Apoio sanitário à população	Afganistão	NATO
2006	Apoio a ato eleitoral	R. Democrática do Congo	UE/ONU
2008	Apoio a reformas no sector da segurança	Guiné-Bissau	UE

<https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos6/@cetera%20-%20Carlos%20Branco.pdf>  
pp.120-123  
(adaptado)



## Documento 3

### Participação da Marinha Portuguesa em operações internacionais (1992-2008)

#### \* União da Europa Ocidental.

<https://www.ces.uc.pt/e-cadernos/media/ecadernos6/@cetera%20-%20Carlos%20Branco.pdf>  
pp.120-123  
(adaptado)

Datas	Missões	Locais	Âmbito
1992	Apoio à paz	Adriático Ex-Jugoslávia	UEO*
1998	Colaboração no âmbito do apoio sanitário	Angola	ONU
1999-2000	Imposição da paz	Timor-Leste	ONU
2000	Manutenção da paz (implementação dos Acordos de Dayton)	Bósnia	NATO
2001 e 2008	Combate ao terrorismo	Mediterrâneo Oriental	NATO
2002	Apoio sanitário à população	Afganistão	NATO
2006	Apoio a ato eleitoral	R. Democrática do Congo	UE/ONU
2008	Apoio a reformas no sector da segurança	Guiné-Bissau	UE

#### TAREFA 1 (cont.)

##### 1. O excerto do documento 1 - «Revolta-me muito não poder falar» (último parágrafo) - remete-nos para a estratégia de manutenção do regime através

- (A) da criação de organizações paramilitares e de formação da juventude;
- (B) da proibição de greves e de sindicatos livres;
- (C) da defesa da política do espírito e da propaganda;
- (D) do estabelecimento da censura e do controlo ideológico.

2. **Ordena** cronologicamente os seguintes acontecimentos relativos ao colonialismo português. Escreva, na folha de respostas, a sequência correta de letras.

- (A) Ataques da UPA a fazendas portuguesas no norte de Angola.
- (B) Publicação do Ato Colonial.
- (C) Proclamação unilateral da independência da Guiné-Bissau.
- (D) Realização da Exposição do Mundo Português.
- (E) Ocupação de Timor-Leste pela Indonésia.

4. **Desenvolve**, a partir dos documentos de 1 a 3, o seguinte tema:

##### **Portugal da revolução do 25 de abril à primeira década do século XXI: da descolonização à redefinição das prioridades internacionais.**

A sua resposta deve abordar, pela ordem que entender, três aspetos de cada um dos seguintes tópicos:

- processo de descolonização no imediato pós-25 de Abril: dificuldades e desafios;
- redefinição das opções da política externa portuguesa, do 25 de Abril à viragem para o século XXI.



## TAREFA 2

**Atenta** no vídeo e no documento.

[Massacre de Santa Cruz – RTP Arquivos](#)



### A Questão de Timor

Intervenção da ONU em Timor-Leste, na perspetiva de Sérgio Vieira de Mello (2002)

Na sequência da violência avassaladora espoletada pelo voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999, o povo de Timor-Leste viu a sua pátria completamente arruinada e com poucas escolhas em termos da sua qualidade de vida. [Os timorenses] foram confrontados com a destruição física de grande parte do país, uma perda significativa de vidas, violações e assaltos, deslocações maciças da população, o colapso total da economia e a destruição ou remoção da maioria da sua herança cultural e da sua memória institucional. Todas as instituições do Estado entraram em colapso – administrativa e fisicamente. A reconstrução, em todos os domínios, teve de começar literalmente do zero.

As Nações Unidas responderam estabelecendo a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), com um mandato de autoridade governamental sem precedentes na sua amplitude. À UNTAET foi dada a responsabilidade pela segurança, lei e ordem, estabelecimento de uma administração eficaz, desenvolvimento dos serviços sociais, fornecimento de ajuda humanitária, apoio à formação de capacidades para um governo autónomo e assistência na criação de condições para o desenvolvimento sustentável. [...]

Na sequência da nossa tarefa mais imediata – a rápida melhoria da situação, o fim da crise humanitária e a estabilização da situação de segurança –, a UNTAET teve de iniciar um dos seus desafios mais dispendiosos e mais mal definidos nos seus contornos: estabelecer instituições de governo e de administração pública ao mesmo tempo que apoiava a criação de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável.

*Relatório do desenvolvimento humano de Timor-Leste, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, Díli, 2002, p. iv. (Texto adaptado)*

[https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/tl/NHDR\\_TL\\_2002\\_PT.pdf](https://www.undp.org/sites/g/files/zskgke326/files/migration/tl/NHDR_TL_2002_PT.pdf)

**Explicita** dois aspetos da intervenção da ONU e de Portugal em Timor-Leste, entre 1999 e 2010. Um dos aspetos deve ser fundamentado com excertos do documento.



### TAREFA 3

**Autoavalia** a tua aprendizagem respondendo ao item seguinte.

**1. Associa** cada uma das notas biográficas relativas aos líderes movimentos de resistência e libertação colonial, presentes na coluna A, à personalidade que lhe corresponde, de entre as que constam na coluna B.

COLUNA A	COLUNA B
<p><b>(a)</b> Fundador, em 1956, e líder do movimento para a libertação de Angola (MPLA), país de que viria a tornar-se presidente da República, em 1976.</p> <p><b>(b)</b> Líder do movimento de libertação de Moçambique (FRELIMO), que criou em 1962, e dinamizador da luta armada contra o colonialismo português naquele território.</p> <p><b>(c)</b> Fundador, em 1956, do PAIGC, movimento reconhecido pela ONU, em 1973, como único representante legítimo dos povos da Guiné e de Cabo Verde.</p>	<p><b>(1)</b> Eduardo Mondlane</p> <p><b>(2)</b> Xanana Gusmão</p> <p><b>(3)</b> Amílcar Cabral</p> <p><b>(4)</b> Jonas Savimbi</p> <p><b>(5)</b> Agostinho Neto</p>

**2. Identifica** a Lei que reconhece o direito à autodeterminação dos povos das colónias portuguesas.



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

### TAREFA 1

1. (D);
2. (B); (D); (A); (C); (E)

### 3. Tópicos de resposta:

- alteração do contexto internacional, no segundo pós-guerra, favorável aos princípios descolonizadores OU reconhecimento pela ONU do direito dos povos à autodeterminação («todos os povos têm o direito à sua independência» – doc. 1) OU apoio à descolonização por parte das grandes potências e dos seus aliados OU condenação do colonialismo pelos Países Não Alinhados, na Conferência de Bandung;
- defesa, pelo Estado Novo, dos direitos históricos sobre os territórios coloniais e da missão civilizadora sobre as populações OU reafirmação do princípio de Portugal como país pluricontinental, constituído pela metrópole e pelas províncias ultramarinas (OU colónias);
- criação de movimentos nacionalistas nas colónias que lutam pela independência dos seus povos OU reivindicação do direito à autodeterminação e à independência, com recurso à luta armada (doc. 1), por parte dos movimentos de libertação dos povos das colónias africanas (OU PAIGC, FRELIMO, MPLA OU FNLA OU UNITA);
- recusa portuguesa em reconhecer o direito à autodeterminação dos povos («as Nações Unidas há meses que andam a procurar convencer os salazaristas de que todos os povos têm o direito à sua independência» – doc. 1) OU rejeição das propostas de negociação apresentadas ao governo português pelos movimentos de libertação, considerados terroristas;
- radicalização da luta dos movimentos nacionalistas («Enganava-se quem considerava a guerrilha um movimento desorganizado.» – doc. 1), na sequência do exemplo e do apoio dos países vizinhos já independentes OU no contexto internacional de Guerra-Fria

### 4. Tópicos de resposta:

#### **Processo de descolonização no imediato pós-25 de Abril: dificuldades e desafios**

- dificuldades na obtenção de uma solução rápida e consensual para o problema colonial, após anos de arrastamento da guerra e de recusa portuguesa em discutir a descolonização (doc. 1);
- divergências no MFA e no país, logo após a Revolução de 25 de Abril, quanto à solução política para a guerra colonial, consagrada no programa do MFA OU confronto entre as teses federalistas de Spínola e as teses da independência imediata defendidas por outros sectores do MFA;
  - intensificação de fortes pressões internas (OU manifestações de apoio ao regresso imediato dos soldados OU outro exemplo) e internacionais (OU da ONU OU da OUA OU outro exemplo) para a consagração do direito das colónias à autodeterminação OU aprovação da Lei 7/74, que reconheceu o direito das colónias à independência;
- existência de mais do que um movimento de libertação em várias das ex-colónias (FRETILIN e UDT – doc. 2) (OU outro exemplo), agravando os problemas no processo de descolonização;



## TAREFA 1

### 4. Tópicos de resposta (cont.):

- fragilidades de Portugal, após a suspensão dos combates e as negociações entre o novo regime e os movimentos de libertação das colónias, para fazer cumprir os acordos de transição para a independência OU para interferir nos conflitos armados entretanto surgidos (por exemplo, em Timor);
  - retorno significativo, e em condições precipitadas, de milhares de portugueses fugidos dos conflitos político-militares nas ex-colónias OU fuga à situação mais complicada em Angola, com início de uma verdadeira «ponte aérea» (doc. 2);
  - integração dos «retornados» na sociedade portuguesa, apesar das difíceis condições em que chegaram ao país: «gente a quem, muitas vezes, falta tudo» (doc. 2) OU criação do Instituto de Apoio ao Retorno de Nacionais (IARN), com o objetivo de facilitar o acolhimento dos portugueses das ex-colónias;
  - dificuldades na descolonização de Timor-Leste, com as ameaças de «guerra civil» (doc. 2) e de ocupação pela Indonésia, impossibilitando a descolonização imediata;
  - desafios colocados pelo regresso de Portugal às fronteiras europeias do século XV, reconhecidas as independências das colónias africanas em 1974 e 1975.

### **Redefinição das opções da política externa portuguesa, do 25 de Abril à viragem para o século XXI**

- procura de um clima de aceitação e de reconhecimento internacionais, pondo fim ao isolamento de Portugal nas décadas anteriores (doc. 3) OU estabelecendo relações diplomáticas com os países do Bloco de Leste (OU com os do Movimento dos Países Não Alinhados);
- defesa dos valores da paz e da autodeterminação dos povos, através do reconhecimento da independência das colónias OU através da negociação com os movimentos de libertação, considerados os representantes legítimos dos seus povos OU através da abertura de negociações com a República Popular da China para a transferência da soberania de Macau;
  - defesa, no contexto internacional, dos interesses dos timorenses após a ocupação de Timor-Leste pela Indonésia, na sequência do confronto entre partidos e da tomada do poder pela FRETILIN (doc. 2);
    - opção pela integração nas comunidades europeias após o 25 de Abril, com a formalização do pedido de adesão (OU com o início do processo de integração OU com o aprofundamento dos laços de cooperação);
    - participação de pleno direito nas organizações internacionais (ONU, OTAN/NATO, UE, OU outra), com o envolvimento direto de Portugal em missões no âmbito das questões transnacionais (doc. 3);
    - estabelecimento de relações diplomáticas e de cooperação entre Portugal e as suas ex-colónias, reforçando-se os laços económicos e culturais;
    - criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, organização que integra os PALOP, o Brasil, Portugal e Timor-Leste OU incremento da cooperação e da ajuda ao desenvolvimento dos países lusófonos (doc. 3);
      - participação ativa na Comunidade Ibero-Americana, que integra os Estados da Península Ibérica e da América Latina, de língua portuguesa e castelhana;



## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

- reforço da diplomacia económica orientada para a captação de investimentos e para a diversificação de mercados (por exemplo, Golfo Pérsico OU República Popular da China OU Angola);
- afirmação do papel de Portugal como mediador entre a Europa e os espaços da lusofonia e da Comunidade Ibero-Americana.

### TAREFA 2

#### Tópicos de resposta

- mediação da ONU no processo de negociações diretas entre Portugal e a Indonésia com vista à resolução do problema timorense OU a aprovação da realização de um referendo: «voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999»;
- promoção do referendo por parte da ONU (OU UNAMET), com a participação massiva dos timorenses e cujo resultado foi a vitória da causa independentista de Timor-Leste: «Na sequência da violência avassaladora despoletada pelo voto maciço a favor da independência, em 30 de agosto de 1999, o povo de Timor-Leste viu a sua pátria completamente arruinada»;
- na sequência da violência e destruição que se verificaram após o referendo, a ONU estabeleceu a UNTAET (OU administração transitória) em Timor-Leste, com responsabilidades ao nível governativo para «apoio à formação de capacidades para um governo autónomo» OU com «responsabilidade pela segurança, lei e ordem, estabelecimento de uma administração eficaz» OU «As Nações Unidas responderam estabelecendo a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (UNTAET), com um mandato de autoridade governamental sem precedentes na sua amplitude»;
- reconhecimento da independência de Timor-Leste em 2002, resultante da ação da UNTAET, que «apoiava a criação de capacidades de governo próprio e de condições para o desenvolvimento sustentável»;
- perante a crise político-militar em Timor-Leste, em 2006, a ONU enviou uma missão de paz, a UNMIT, que se prolongou até 2012.
- garantia de apoio e assistência portuguesa a Timor-Leste, no contexto da luta pela independência e da reconstrução do país após a independência do território.

### TAREFA 3

1.(a) 5; (b) 1; (c) 3

2. Lei n.º 7/74, de 27 de julho, também conhecida como Lei da Descolonização.



## O QUE APRENDI?

**És capaz de...**

- integrar a descolonização portuguesa no processo de democratização do país?
- identificar/aplicar o conceito: Descolonização?

**Conseguiste** realizar as etapas propostas neste guião? Ainda **tens** dúvidas?

**Sugestões:**

**Estuda** com um(a) colega.

**Analisa** as propostas de resolução e, se necessário, **repete** as tarefas.



## COMO POSSO COMPLEMENTAR A APRENDIZAGEM?

### Videoaulas

[A revisão constitucional de 1982 e o funcionamento das instituições democráticas | Estudo Autónomo](#)



### Outros recursos:

[Lei 7/74: a Lei da Descolonização faz 50 anos - SIC Notícias](#)



[Morreu o jornalista que "colocou Timor no mapa" | Euronews](#)

